

No. 32473. Brazil and Spain

AGREEMENT ON SOCIAL SECURITY BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE KINGDOM OF SPAIN. MADRID, 16 MAY 1991 [*United Nations, Treaty Series, vol. 1905, I-32473.*]

COMPLEMENTARY AGREEMENT TO REVISE THE AGREEMENT ON SOCIAL SECURITY BETWEEN THE KINGDOM OF SPAIN AND THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL. MADRID, 24 JULY 2012*

Entry into force: 1 March 2018, in accordance with article 6

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Spain, 16 May 2018

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

Nº 32473. Brésil et Espagne

ACCORD DE SÉCURITÉ SOCIALE ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE ROYAUME D'ESPAGNE. MADRID, 16 MAI 1991 [*Nations Unies, Recueil des Traités, vol. 1905, I-32473.*]

ACCORD COMPLÉMENTAIRE PORTANT RÉVISION DE L'ACCORD DE SÉCURITÉ SOCIALE ENTRE LE ROYAUME D'ESPAGNE ET LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL. MADRID, 24 JUILLET 2012*

Entrée en vigueur : 1^{er} mars 2018, conformément à l'article 6

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies : Espagne, 16 mai 2018

**Aucun numéro de volume n'a encore été attribué à ce dossier. Les textes disponibles qui sont reproduits ci-dessous sont les textes originaux de l'accord ou de l'action tels que soumis pour enregistrement. Par souci de clarté, leurs pages ont été numérotées. Les traductions qui accompagnent ces textes ne sont pas définitives et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO COMPLEMENTAR DE REVISÃO DO CONVÊNIO DE
SEGURIDADE SOCIAL FIRMADO ENTRE O REINO DA ESPANHA E
A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

O Reino da Espanha

e

A República Federativa do Brasil,

ANIMADOS pelo desejo de atualizar as normas convencionais que regulamentam suas relações em matéria de Seguridade Social; e

CONSIDERANDO que o Convênio de Seguridade Social firmado entre os dois países em Madrid, em 16 de maio de 1991, já se encontra consideravelmente defasado à luz das relações bilaterais verificadas atualmente;

RECONHECENDO que mudanças legislativas e constitucionais ocorridas em ambos os países ao longo dos últimos vinte anos implicaram em alterações importantes no trato da questão previdenciária;

TENDO EM VISTA a recente assinatura e respectiva entrada em vigor da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, firmada em Santiago do Chile em 10 de novembro de 2007;

CONSTATANDO a necessidade de uniformização de procedimentos e de cobertura aos segurados entre os Estados Ibero-Americanos, bem como de buscar a redução dos custos administrativos e da ocorrência de fraudes ligadas ao uso indevido de direitos previstos em ambos os instrumentos;

RESOLVEM firmar o presente Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, nos seguintes termos:

Artigo 1º

Para os fins deste Acordo de Revisão, o termo “Convênio” refere-se ao Convênio de Seguridade Social firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, firmado em Madrid, em 16 de maio de 1991.

Artigo 2º

O Convênio aplicar-se-á:

1. por parte do Brasil, às legislações que regem o Regime Geral de Previdência Social, no que se refere as seguintes prestações:
 - a) aposentadoria por invalidez;
 - b) aposentadoria por idade;
 - c) pensão por morte;
 - d) acidente de trabalho e doença profissional.

2. por parte da Espanha, à legislação relativa ao Regime Geral e Regimes Especiais do Sistema Espanhol de Seguridade Social, com exceção aos regimes especiais de funcionários públicos, civis e militares, no que se refere às seguintes prestações econômicas contributivas:
 - a) incapacidade permanente;
 - b) aposentadoria;
 - c) pensão por Morte e por sobrevivência;
 - d) acidente do trabalho e doença profissional.

Artigo 3º

Inclui-se no artigo 7 do Convênio o seguinte parágrafo 9:

“9. Uma pessoa que tenha sido deslocada pelo período máximo previsto no parágrafo 1 deste Artigo somente poderá ser beneficiada por um novo deslocamento após decorrido o prazo de quatro meses contados do término do deslocamento anterior.”

Artigo 4º

O item B.2 do artigo 21 do Convênio passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. Para fins de cálculo do montante da prestação devida pelo Brasil, em nenhuma hipótese o montante da prestação teórica poderá resultar em valor inferior ao salário mínimo garantido pela legislação nacional.”

Artigo 5º

Incluem-se no artigo 33 do Convênio os seguintes parágrafos:

“1. As Autoridades Competentes, as Instituições Competentes e os Organismos de Ligação poderão comunicar-se em língua portuguesa ou espanhola diretamente entre si e com qualquer segurado ou beneficiário, independentemente de seu local de residência.

2. As Autoridades Competentes, as Instituições Competentes e os Organismos de Ligação não poderão recusar requerimentos ou informações que lhes sejam apresentados pelo fato de estarem

redigidos no idioma da outra Parte, desde que se apresentem no formulário adotado pelas Partes.

3. As Autoridades Competentes, as Instituições Competentes e os Organismos de Ligação de uma Parte transmitirão, em conformidade com suas leis e regulamentos, às Autoridades Competentes, Instituições Competentes ou Organismos de Ligação da outra Parte, as informações de que disponham sobre uma pessoa, necessárias à implementação deste Convênio, respeitadas as disposições legais e regulamentares relativas ao sigilo de dados. Essas informações serão usadas exclusivamente para os fins previstos neste Convênio.

4. De comum acordo, as Instituições Competentes poderão adotar sistema eletrônico de certificação e transmissão de dados e documentos entre si, que servirá de meio de prova para os fins legais, desde que cumpra os requisitos necessários de segurança digital da informação e de sua transmissão.

5. Os dados e documentos a que se refere o parágrafo 4 deste artigo incluem declarações relativas a tempo de contribuição e benefícios a que tenha direito um segurado.

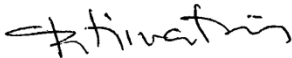
6. De comum acordo, as Instituições Competentes poderão estabelecer sistema eletrônico de controle de óbitos, com atualização de dados realizada em periodicidade a ser definida entre as Partes, e que dispensará a apresentação de certificado de óbito.”

Artigo 6º

1. Ficam garantidos todos os direitos adquiridos com relação ao Convênio anterior, não se reconhecendo, a partir da entrada em vigor deste Acordo, nenhuma prestação que não esteja prevista no Artigo 2º, com exceção das que estiverem em trâmite na data de entrada em vigor.
2. Ficam derogadas as demais disposições do Convênio e do respectivo Ajuste Administrativo não abrangidas pelo campo de aplicação material do Artigo 2º deste Acordo.
3. O presente Acordo estará sujeito ao cumprimento dos requisitos constitucionais de cada uma das Partes para a sua entrada em vigor. Para tal efeito, cada uma delas comunicará à outra o cumprimento de seus próprios requisitos.
4. O Acordo entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte à data da última notificação.

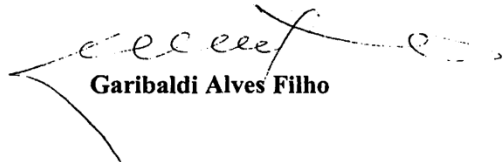
Feito em Madrid, em 24 de julho de 2012, em espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

**PELO REINO
DA ESPANHA
A MINISTRA DE TRABALHO E
SEGURIDADE SOCIAL**



Fátima Báñez García

**PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL
O MINISTRO DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL**



Garibaldi Alves Filho

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

**CONVENIO COMPLEMENTARIO DE REVISIÓN DEL CONVENIO DE
SEGURIDAD SOCIAL FIRMADO ENTRE EL REINO DE ESPAÑA Y
LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL**

El Reino de España

y

La República Federativa de Brasil,

ANIMADOS por el deseo de actualizar las normas convencionales que reglamentan sus relaciones en materia de Seguridad Social y,

CONSIDERANDO que el Convenio de Seguridad Social firmado entre los dos países en Madrid, el 16 de mayo de 1991, se encuentra considerablemente desactualizado con relación a las actuales relaciones bilaterales,

RECONOCIENDO que los cambios legislativos y constitucionales producidos en ambos países a lo largo de los últimos veinte años han producido importantes modificaciones en el ámbito de la seguridad social,

Ante la reciente firma y entrada en vigor del Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social, firmado en Santiago de Chile, el 10 de noviembre de 2007,

CONSTATANDO la necesidad de uniformidad de procedimientos y de cobertura a los asegurados entre los Estados Iberoamericanos, así como la necesidad de reducción de los costes administrativos y de los fraudes derivados del uso indebido de los derechos previstos en ambos instrumentos,

RESUELVEN firmar el presente Convenio Complementario de Revisión del Convenio de Seguridad Social entre la República Federativa de Brasil y el Reino de España en los siguientes términos:

Artículo 1

Para los fines de este Convenio de Revisión, el término “Convenio” se refiere al Convenio de Seguridad Social firmado entre la República Federativa de Brasil y el Reino de España en Madrid, el 16 de mayo de 1991.

Artículo 2

El Convenio se aplicará a:

1. por parte de Brasil, a las legislaciones que rigen el Régimen General de Previsión Social, en lo que se refiere a las siguientes prestaciones:
 - a) jubilación por invalidez.
 - b) jubilación por edad.
 - c) pensión por fallecimiento.
 - d) accidente de trabajo y enfermedad profesional.

2. por parte de España, la legislación relativa al Régimen General y Regímenes Especiales del Sistema Español de Seguridad Social, excepto los regímenes especiales de funcionarios públicos, civiles y militares, en relación a las siguientes prestaciones económicas contributivas:
 - a) incapacidad permanente.
 - b) jubilación.
 - c) pensiones por muerte y supervivencia.
 - d) accidente de trabajo y enfermedad profesional.

Artículo 3

Se incluirá en el artículo 7 del Convenio el siguiente apartado 9:

“9.- Una persona que haya sido desplazada por el período máximo previsto en el apartado 1 de este artículo solo podrá beneficiarse de un nuevo desplazamiento después de que haya transcurrido un plazo de cuatro meses, contados desde el fin del desplazamiento anterior”.

Artículo 4

El apartado B.2 del artículo 21 del Convenio entrará en vigor con la siguiente redacción:

“2.- A efectos de cálculo del importe de la prestación debida por Brasil, en ningún caso el importe de la prestación teórica podrá resultar de valor inferior al salario mínimo garantizado por la legislación nacional”.

Artículo 5

Se incluyen en el artículo 33 del Convenio los siguientes apartados:

- “1. Las Autoridades Competentes, las Instituciones Competentes y los Organismos de Enlace podrán comunicarse entre sí directamente en lengua portuguesa o española, y con los asegurados o beneficiarios, independientemente del lugar de residencia.

2. Las Autoridades Competentes, las Instituciones Competentes y los Organismos de Enlace no podrán rechazar solicitudes o informaciones que les sean presentados por el hecho de estar redactados en el idioma

de la otra Parte, siempre que se presenten en el formulario establecido por las Partes.

3. Las Autoridades Competentes, las Instituciones Competentes y los Organismos de Enlace de una de las Partes transmitirán de conformidad con sus leyes y reglamentos, a las Autoridades Competentes, Instituciones Competentes y Organismos de Enlace de la otra Parte, las informaciones de que dispongan sobre una persona, necesarias para la aplicación de este Convenio, respetándose las disposiciones legales y reglamentarias relativas a la protección de datos. Estas informaciones serán usadas exclusivamente para los fines previstos en este Convenio.
4. De común acuerdo, las Instituciones Competentes podrán adoptar el sistema electrónico de certificación y de transmisión de datos y documentos entre sí, que servirá de medio de prueba para los fines legales, siempre que se cumplan los requisitos necesarios de seguridad digital de la información y de su transmisión.
5. Los datos y documentos a los que se refiere el apartado 4 de este artículo incluyen declaraciones relativas al período de cotización y prestaciones a las que tenga derecho un asegurado.
6. De común acuerdo, las Instituciones Competentes podrán establecer un sistema electrónico de control de fallecimientos, mediante la regular actualización de datos realizada con la periodicidad que se determine entre ambas Partes, y que dispensará de la presentación del Certificado de Fallecimiento.”

Artículo 6

1.- Se garantizan todos los derechos adquiridos con arreglo al Convenio anterior, y no se reconocerá, a partir de la entrada en vigor de este Convenio Complementario, ninguna prestación que no esté prevista en su artículo 2º, con excepción de las que en esa fecha estén en trámite.

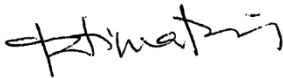
2.- Quedan derogadas las demás disposiciones del Convenio y del respectivo Acuerdo Administrativo no contempladas en el ámbito de aplicación material del artículo 2 del presente Convenio Complementario de Revisión.

3.- El presente Convenio Complementario estará sujeto al cumplimiento de los requisitos constitucionales de cada una de las Partes para su entrada en vigor. A tal efecto, cada una de ellas comunicará a la otra Parte el cumplimiento de sus propios requisitos.

4.- El Convenio Complementario de Revisión entrará en vigor el primer día del segundo mes siguiente a la fecha de la última notificación.

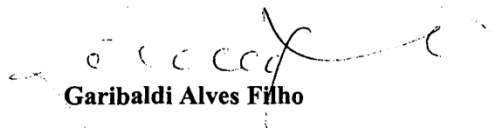
Hecho en Madrid, el 24 de julio de 2012, en español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

**POR EL REINO
DE ESPAÑA
LA MINISTRA DE EMPLEO Y
SEGURIDAD SOCIAL**



Fátima Báñez García

**POR LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL
EL MINISTRO DE PREVISIÓN
SOCIAL**



Garibaldi Alves Filho

[TRANSLATION – TRADUCTION]

SUPPLEMENTARY AGREEMENT REVISING THE AGREEMENT ON SOCIAL SECURITY BETWEEN THE KINGDOM OF SPAIN AND THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

The Kingdom of Spain and the Federative Republic of Brazil,

Desiring to update the treaty rules governing their relations in the area of social security,

Considering that the Agreement on social security between the two countries, signed at Madrid on 16 May 1991, is significantly out dated with regard to current bilateral relations,

Recognizing that the legislative and constitutional changes in both countries over the last twenty years have led to significant modifications in the area of social security,

Considering the recent signature, at Santiago on 10 November 2007, and entry into force of the Ibero-American Multilateral Agreement on Social Security,

Noting the need for uniformity in the procedures related to, and coverage of, insured persons among the Ibero-American States, as well as the need to reduce administrative costs and fraud arising from the improper use of the entitlements provided for in both instruments,

Hereby resolve to sign this Supplementary Agreement revising the Agreement on social security between the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain, as follows:

Article 1

For the purposes of this revision Agreement, the term “Agreement” means the Agreement on social security between the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain, which was signed at Madrid on 16 May 1991.

Article 2

The Agreement shall apply:

1. In Brazil, to the laws that govern the general social security scheme, with respect to the following benefits:

- (a) Disability pension;
- (b) Old-age pension;
- (c) Death grant;
- (d) Benefits related to industrial accidents and occupational diseases;

2. In Spain, to the laws that govern the general scheme and special schemes that make up the Spanish social security system, except the special schemes for public officials, both civilian and military, in relation to the following contributory financial benefits:

- (a) Permanent disability allowance;
- (b) Retirement pension;
- (c) Death grant and survivors’ pension;

(d) Benefits related to industrial accidents and occupational diseases.

Article 3

The following paragraph 9 shall be added to article 7 of the Agreement:

“An individual who has been posted for the maximum period provided for in paragraph 1 of this article may not receive a new posting until a period of four months has elapsed since the end of the previous posting.”

Article 4

Paragraph B.2 of article 21 of the Agreement shall enter into force with the following wording:

“2. - When calculating the amount of the benefit owed by Brazil, in no case may the amount of the theoretical benefit be lower than the minimum wage guaranteed under national law.”

Article 5

The following paragraphs shall be included in article 33 of the Agreement:

“1. The competent authorities, competent institutions and liaison agencies may communicate with each other directly in either Portuguese or Spanish, and with insured persons or beneficiaries, regardless of their place of residence.

2. The competent authorities, competent institutions and liaison agencies may not reject applications or information submitted to them on the grounds that they are written in the language of the other Party, provided that they are submitted on the form established by the Parties.

3. In accordance with the laws and regulations of each Party, its competent authorities, competent institutions and liaison agencies shall transmit to the competent authorities, competent institutions and liaison agencies of the other Party any information that they hold on an individual that is required for the implementation of this Agreement, in compliance with the laws and regulations relating to data protection. This information shall be used exclusively for the purposes provided for in this Agreement.

4. By mutual agreement, the competent institutions may adopt an electronic system for the certification and transmission of data and documents between themselves; the system may be used as a means of evidence for legal purposes, provided that the necessary requirements for the digital security of the information and its transmission are met.

5. The data and documents referred to in paragraph 4 of this article shall include statements relating to the contribution period and the benefits to which an insured person is entitled.

6. By mutual agreement, the competent institutions may establish an electronic system for the monitoring of deaths through the regular updating of data with a frequency to be determined by both Parties, which will render unnecessary the submission of death certificates.”

Article 6

1. All entitlements accrued under the previous Agreement shall be guaranteed and, from the entry into force of this Supplementary Agreement, no benefits other than those provided for in its article 2 shall be recognized, except for those benefits that are being processed at that date.

2. The other provisions of the Agreement and of the corresponding Administrative Arrangement that do not fall within the material scope of article 2 of this Supplementary Agreement shall be repealed.

3. The entry into force of this Supplementary Agreement shall be subject to the fulfilment of the constitutional requirements of each of the Parties. To this end, each Party shall communicate to the other Party the fulfilment of its own requirements.

4. This Supplementary Agreement shall enter into force on the first day of the second month following the date of the last notification.

DONE at Madrid on 24 July 2012, in Spanish and Portuguese, both texts being equally authentic.

For the Kingdom of Spain:

FÁTIMA BÁÑEZ GARCÍA

Minister of Employment and Social Security

For the Federative Republic of Brazil:

GARIBALDI ALVES FILHO

Minister of Social Security

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD COMPLÉMENTAIRE PORTANT RÉVISION DE L'ACCORD DE
SÉCURITÉ SOCIALE ENTRE LE ROYAUME D'ESPAGNE ET LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL

Le Royaume d'Espagne

et

La République fédérative du Brésil,

DÉSIREUX de mettre à jour les règles du traité qui régit leurs relations dans le domaine de la sécurité sociale,

ConsidÉRANT que l'Accord de sécurité sociale entre les deux pays, signé à Madrid le 16 mai 1991, est devenu obsolète au regard des relations bilatérales qui existent aujourd'hui entre les deux pays,

Reconnaissant que les changements législatifs et constitutionnels intervenus dans les deux pays au cours des vingt dernières années ont entraîné des modifications importantes dans le domaine de la sécurité sociale,

Ayant À l'esprit la récente signature, à Santiago le 10 novembre 2007, et l'entrée en vigueur de l'Accord multilatéral de sécurité sociale ibéro-américain,

CONSTATANT la nécessité d'uniformiser la couverture d'assurance offerte aux citoyens des États ibéro-américains et les procédures y relatives, ainsi que la nécessité de réduire les coûts administratifs et la fraude découlant de l'utilisation abusive des droits à prestations prévus par les deux instruments,

DÉcident de signer le présent Accord complémentaire portant révision de l'Accord de sécurité sociale entre la République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne dans lequel les deux pays conviennent de ce qui suit :

Article premier

Dans le présent Accord complémentaire, le terme « Accord » désigne l'Accord de sécurité sociale entre la République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne signé à Madrid le 16 mai 1991.

Article 2

La présent Accord complémentaire s'applique :

1. Au Brésil, aux dispositions légales régissant les prestations suivantes du régime général de la sécurité sociale :

- a) pension d'invalidité ;
- b) pension de retraite ;
- c) capital décès ;
- d) prestations en cas d'accident du travail ou de maladie professionnelle.

2. En Espagne, aux dispositions légales régissant les prestations financières contributives suivantes du régime général et des régimes spéciaux qui composent le système de sécurité sociale espagnol, à l'exception des régimes spéciaux des fonctionnaires, tant civils que militaires :

- a) allocation d'invalidité permanente ;
- b) pension de retraite ;
- c) capital décès et pension de réversion ;
- d) prestations en cas d'accident du travail ou de maladie professionnelle.

Article 3

Le paragraphe 9 suivant est ajouté à l'article 7 de l'Accord :

« Toute personne qui a été détachée pendant la durée maximale prévue au paragraphe 1 du présent article ne peut recevoir une nouvelle affectation avant qu'une période de quatre mois ne se soit écoulée depuis la fin de l'affectation précédente. »

Article 4

Le paragraphe B.2 de l'article 21 de l'Accord entre en vigueur avec le libellé suivant :

« 2. - Lors du calcul du montant de la prestation due par le Brésil, le montant de la prestation théorique ne peut en aucun cas être inférieur au salaire minimum garanti par la législation nationale. »

Article 5

Les paragraphes suivants sont incorporés dans l'article 33 de l'Accord :

« 1. Les autorités compétentes, les institutions compétentes et les organismes de liaison peuvent communiquer directement entre eux en portugais ou en espagnol, ainsi qu'avec les assurés ou les bénéficiaires, quel que soit leur lieu de résidence.

2. Les autorités compétentes, les institutions compétentes et les organismes de liaison ne peuvent rejeter les demandes ou les informations qui leur sont soumises au motif qu'elles sont rédigées dans la langue de l'autre Partie, à condition qu'elles soient présentées sur le formulaire établi par les Parties.

3. Dans le respect des lois et réglementations de chaque Partie relatives à la protection des données, les autorités compétentes, les institutions compétentes et les organismes de liaison de chaque Partie transmettent aux autorités compétentes, aux institutions compétentes et aux organismes de liaison de l'autre Partie toute information en leur possession concernant un individu qui s'avère nécessaire à la mise en œuvre du présent Accord. Ces informations sont utilisées uniquement aux fins prévues dans le présent Accord.

4. D'un commun accord, les institutions compétentes peuvent adopter un système électronique pour la certification et la transmission des données et documents entre elles ; le système peut servir de moyen de preuve à des fins juridiques, à condition que soient réunies les conditions permettant de garantir la sécurité numérique des informations et de leur transmission.

5. Les données et documents visés au paragraphe 4 du présent article comprennent les déclarations relatives à la période de cotisation et aux prestations auxquelles les assurés ont droit.

6. D'un commun accord, les institutions compétentes peuvent établir un système électronique permettant d'assurer un suivi des décès moyennant la mise à jour régulière des données qui y sont enregistrées, à une fréquence devant être déterminée par les deux Parties ; ce qui rendra inutile la présentation de certificats de décès. »

Article 6

1. Tous les droits à prestations acquis en vertu de l'Accord précédent sont garantis et, à compter de l'entrée en vigueur du présent Accord complémentaire, aucune prestation autre que celles prévues à son article 2 ne sera reconnue, à l'exception des prestations en cours de traitement à cette date.

2. Les autres dispositions de l'Accord et de l'accord en forme simplifiée correspondant qui n'entrent pas dans le champ d'application matériel de l'article 2 du présent Accord complémentaire sont abrogées.

3. L'entrée en vigueur du présent Accord complémentaire est subordonnée à l'accomplissement des formalités constitutionnelles de chacune des Parties. À cette fin, chaque Partie informe l'autre Partie de l'accomplissement de ses propres formalités.

4. Le présent Accord complémentaire entre en vigueur le premier jour du deuxième mois qui suit la date de la dernière des notifications.

FAIT à Madrid, le 24 juillet 2012, en deux exemplaires originaux, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Royaume d'Espagne :

FÀTIMA BÀÑEZ GARCÍA

Ministre de l'emploi et de la sécurité sociale

Pour la République fédérative du Brésil :

GARIBALDI ALVES FILHO

Ministre de la sécurité sociale